

Territórios em Rede

Revista da
Cooperação
LEADER



Editorial

Ao mesmo tempo que vemos serem traçados alguns cenários catastrofistas relativamente ao futuro, como se não nos restasse mais do que abandonarmos à impotência e ao desespero, um pouco por todo o país, vemos exemplos de quem continua a desenvolver projetos de desenvolvimento, de investimento, de mobilização das populações e das suas organizações.

O dinamismo que muitos territórios rurais têm demonstrado é um bom exemplo disso, o que sublinha o papel das Associações de Desenvolvimento Local em estimularem esse dinamismo, apoiarem-no quando ele emerge e mobilizarem as entidades de um território, de diferentes regiões ou mesmo de países diversos a cooperarem para alcançarem fins comuns.

No setor do turismo esse papel tem sido, e continuará a ser fundamental, tanto mais que se trata de uma área em que a cooperação pode produzir benefícios muito tangíveis para os diferentes agentes económicos e territórios.

Os projetos de cooperação na área do turismo rural revelam, de forma muito clara, que os territórios envolvidos e respetivos empreendimentos e atividades turísticas se tornam mais atraentes e competitivos, com benefícios em toda a economia rural.

São razões suficientes para dedicarmos um número da revista Territórios em Rede a este tema.

Regina Lopes, Diretora

O turismo e a cooperação

O turismo é um importante fator de desenvolvimento dos territórios. O LEADER tem apoiado projetos de cooperação que têm fomentado a sua organização, promoção e comercialização.



Projetos de turismo

Projetos de cooperação dinamizam os territórios. P. 8 e 9



Cooperação transnacional

LEADER abre portas ao desenvolvimento de novos projetos. P. 10



Entrevista com Francisco Calheiros

A cooperação LEADER tem permitido a criação e desenvolvimento muitos projetos de turismo, superando as dificuldades que o setor enfrenta. P. 4 a 6

Cooperação e turismo

Setor económico da máxima importância, o turismo em Portugal deixou de ser apenas a tradicional oferta de “sol e praia”.

A descoberta conquistou adeptos e veio para ficar.

Cooperar para desenvolver o turismo em espaço rural

O turismo é um setor económico muito importante em todo o mundo, representando cerca de 5% da atividade económica mundial e taxas de crescimento muito acima do crescimento da economia mundial. Em Portugal, que de acordo com a Organização Mundial do Turismo é um dos 20 destinos mais procurados do mundo, a sua importância económica é ainda maior, pois em 2010 representou 9,2% do Produto Interno Bruto.

Se no passado existia a convicção de que o que Portugal tinha para oferecer era apenas “sol e praia”, o desenvolvimento de outros segmentos de turismo e a compreensão da sua importância para o desenvolvimento dos territórios foi mudando essa perspetiva. Hoje considera-se que a oferta turística portuguesa é, e deve ser, multifacetada, proporcionando alternativas ao nível da oferta para as diferentes preferências dos clientes, sejam nacionais ou estrangeiros.

Um dos segmentos que foi crescendo e se consolidou foi o turismo em espaço rural. Este tinha, em 2008, 1.047 unidades de alojamento em funcionamento, com um total de 11.692 camas, gerando mais de meio milhão de dormidas por ano.

Essas unidades representam uma oferta variada: hotéis rurais, casas de campo, turismo de aldeia, entre outros. Mas, na maior parte dos casos, partilham uma forte associação entre o seu negócio e as características endógenas dos territórios. Ou seja, são as paisagens,

as tradições, a cultura, a gastronomia, etc., que constituem a principal razão para estas unidades existirem e terem clientes.

Simultaneamente, partilham também uma série de dificuldades, desde as inerentes a estarem situadas em territórios rurais a outras mais específicas a cada tipo de unidade turística, como a reduzida dimensão, habitual nos empreendimentos turísticos em espaço rural.

Ações conjuntas

Com o objetivo de superar as contingências comuns e maximizar o potencial dos territórios, muitos Grupos de Ação Local (GAL) têm dinamizado projetos de cooperação interterritorial e transnacional, particularmente no âmbito do LEADER.

Apesar da diversidade de conteúdos que encontramos nos projetos, podendo desenvolver-se em torno da natureza, da paisagem, da História, do património cultural, da gastronomia, do desporto, etc., os projetos de

cooperação concentram-se em torno de dois eixos: o desenvolvimento de produtos turísticos e/ou a sua comercialização em comum.

Estes eixos encontram-se intimamente ligados, sendo que a comercialização pressupõe já a existência de uma oferta turística com uma identidade consolidada. Quando tal não acontece, é necessário qualificar primeiro a oferta, o que pode passar por selecionar uma rede de operadores, estabelecer padrões de qualidade e criar uma identidade unificadora. Isto para que, por um lado, os agentes turísticos sintam que a sua associação a essa rede dá uma boa imagem das suas unidades e, por outro, que os clientes tenham a garantia de que encontram uma oferta de qualidade em toda a rede.

Só realizando o encontro das expectativas dos operadores com as dos clientes a rede poderá ser bem sucedida. As experiências desenvolvidas noutras regiões do país, ou do estrangeiro, podem dar indicações preciosas sobre como o concretizar.

O turismo em espaço rural tinha, em 2008, 1.047 unidades de alojamento em funcionamento, gerando mais de meio milhão de dormidas por ano.





Tejo motiva cooperação ibérica

Firmes no desejo de salvaguardar o rio Tejo, 18 Associações de Desenvolvimento Local (ADL) portuguesas e espanholas associaram-se num projeto de cooperação transnacional, apoiado no âmbito da Abordagem LEADER, Subprograma 3 do PRODER, com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios ribeirinhos do Tejo.

O protocolo de cooperação do projeto Tejo Vivo – Rede para a Revalorização dos Territórios Vinculados ao Tejo prevê o desenvolvimento de uma estratégia comum que contribua para o aumento da competitividade, o desenvolvimento social, económico e ambiental destes territórios, e a sua afirmação como um destino turístico consolidado.

Integrado no projeto, será realizado um levantamento dos recursos turísticos ibéricos para a formação de rotas turísticas, prevendo-se também a produção de material didático bilingue para as escolas portuguesas e espanholas, de forma a despertar a sensibilidade ambiental e cultural dos mais novos.

Sete ADL nacionais participam no projeto Tejo Vivo: TAGUS (coordenadora), ADER –AL, ADIRN, ADRACES, APRODER, LEADERSOR e PINHAL MAIOR.

Um outro Algarve

O projeto de cooperação interterritorial “Um Outro Algarve” está a ser desenvolvido numa parceria entre as Associações de Desenvolvimento Local da região: VICENTINA, ATBG e In Loco.

O objetivo primordial é a promoção a nível regional, nacional e transnacional de uma oferta turística alternativa ao turismo balnear, procurando viabilizar iniciativas já existentes, como os percursos pedestres, a Via Algarviana, a Rota da Cortiça, a observação de aves, BTT ou Surf na Costa Vicentina. O projeto pretende também criar atividades que não existam ainda na região, respondendo à procura do mercado.

É necessário, assim, integrar a oferta existente e criar novas rotas, redes e circuitos, nacionais e internacionais, que promovam esta vertente turística, assim como os territórios onde se inserem.

Entre as iniciativas a desenvolver está a criação de rotas e produtos Um Outro Algarve: a Rota das Paisagens, a Rota das Aventuras, a Rota dos Aromas & Sabores e a Rota das Memórias, pretendendo também criar-se outros circuitos “feitos à medida”, para se adaptarem à procura de turistas com gostos diferentes.

Turismo Equestre

A ADREPES, em conjunto com oito Grupos de Ação Local (GAL) espanhóis, um parceiro francês e um GAL húngaro, está a desenvolver um projeto de cooperação que visa a criação de uma Rede Europeia de Pousadas Equestres (REPE), complementadas com o estabelecimento de rotas equestres nos territórios parceiros. Trata-se de uma atividade turística com um alto grau de sustentabilidade ambiental, uma vez que respeita o meio envolvente e necessita que este esteja preservado para ser bem sucedida.

Nas pousadas equestres da REPE será oferecido aos cavaleiros e aos cavalos alojamento e serviços dentro de parâmetros de qualidade homogéneos em todos os territórios parceiros.

No âmbito do projeto, será criada uma marca turística de qualidade, realizada a qualificação da oferta relacionada com o turismo equestre e realizada a promoção conjunta dos territórios, tanto na dimensão interna, para a captação de pousadas, como na dimensão externa, para a atrair turistas.

Tratando-se de um projeto com uma forte componente de inovação, haverá uma especial atenção à criação de experiências piloto que sejam replicáveis, pois o alargamento da REPE será importante para aumentar a sua visibilidade e atrair mais clientes.

*Só realizando o encontro
das expectativas dos
operadores com as dos
clientes a rede poderá ser
bem sucedida.*



Cooperação entre Geoparks

A ADRIMAG, enquanto entidade associada ao Geopark de Arouca, é a entidade coordenadora de um projeto de cooperação que mereceu o apoio da Abordagem LEADER, envolvendo 14 parceiros, de nove países. Este tem como finalidade trabalhar o posicionamento do produto turístico Geoturismo na Europa, enquanto nicho de mercado específico, enquadrado no turismo de natureza.

Os geoparks são conceitos e estruturas de gestão territoriais que visam o desenvolvimento local por via da geo-conservação, geo-educação e geo-turismo. Apesar de serem um produto com forte potencial de crescimento e de valor acrescentado, há ainda muito trabalho a desenvolver.

O projeto que agora se inicia, que vem na sequência de outros projetos LEADER de cooperação transnacional (a própria Rede Europeia de Geoparques foi criada no âmbito do LEADER II), prevê a realização de três tipos de ações: orientadas para a inovação territorial (estudo sobre “Geossítios - Nova visão e interpretação do espaço e do tempo”), para a organização da oferta turística (conceção de um guia metodológico comum para o planeamento de itinerários e rotas temáticas, criação de novos painéis interpretativos, etc.) e para a afirmação dos geoparques junto do público (spot publicitário, material promocional, etc.).

Entrevista a Francisco Calheiros

Coordenador da ADRIL e histórico da implementação do LEADER em Portugal, Francisco Calheiros, garante que o futuro do turismo em espaço rural está na cooperação em rede.



Na situação em que o país se encontra, podemos olhar para o turismo como um setor estratégico em que o país deva apostar?

Não tenho dúvidas. Aliás, é o que tenho verificado com os mais variados analistas, comentadores e todos os que se dedicam a uma reflexão sobre a nossa economia, que perante os recursos que nós possuímos, o turismo e os nossos recursos naturais são aqueles que têm maior potencial para desenvolver uma atividade económica, quer pela localização geografia, pela qualidade ambiental, pelo património que temos, pela história.

Portugal é por excelência um país vocacionado para o turismo. Inclusive é uma opção do governo, não só deste, mas também do anterior. À partida, estamos a falar de um setor onde o investimento também tem aparecido em grande força, os empresários estão a apostar com grande vigor nos equipamentos, na oferta aos vários níveis e nos vários patamares de dimensão – há investimento desde a nossa dimensão rural até à dimensão urbana.

E, no que nos toca a nós, promotores, também sentimos isso. Desde sempre, nós, o LEADER e a abordagem LEADER de desenvolvimento local, desde o nascimento do LEADER I, o turismo e, neste caso, o turismo no espaço rural, ocupou um lugar privilegiado na preocupação do desenvolvimento rural. No início, como complementaridade, por vezes alternativa, ao desenvolvimento, à agricultura. Por via de razão, quer de estratégia nacional ou local e rural, acredito que o

turismo é um dos setores, se não o setor mais importante e relevante para o desenvolvimento rural.

Mas tem um efeito estruturante sobre o território ou é uma atividade que funcione por si, com poucas ligações às restantes?

Acho que tem um efeito estruturante muito grande. Repare que o turismo dispõe sempre de alojamento. Não há turismo sem alojamento. Aliás, por definição, turismo é o visitante que pernoita pelo menos uma noite no território, portanto impõe-se a criação de alojamento ou de novas infraestruturas ou recuperação de outras já existentes.

À partida, a interligação com uma componente ambiental é muito forte. Depois, o turismo também mexe com a própria estruturação de serviços, obriga a que haja um cruzamento dos diversos tipos de serviços. Dinamiza o comércio local, cria emprego, portanto automaticamente é uma atividade que é transversal onde depois se vão “pendurar” todas as outras atividades em si. Isto é um exemplo. Sem dúvida que o turismo é estruturante para o território.

Porém, nos territórios rurais prevalecem as pequenas unidades turísticas. Não há um problema de escala?

Eu defendo que a escala consegue-se com cooperação e com a capacidade que essas pequenas unidades poderão ter para se associarem ou para, depois, criarem, elas próprias, um produto e fazerem um destino.

Se me refere que uma casa só por si representa um peso específico elevado, então sim têm um problema de escala. A não ser que estejamos a falar de casos extraordinários, que só por si têm uma imagem tão forte que as pessoas se deslocam por aquela razão específica e isso é raro.

Eu acho que a concentração tem muita importância. Por exemplo, a prioridade dada ao alojamento em turismo de aldeias, isto é, a recuperação de alojamento em aldeias, atuando não só naquele equipamento que é recuperado mas ganhando maior peso específico com a recuperação da aldeia, é importante. Portanto tem um efeito de polarização.

Por outro lado, também acho que o efeito de rede é muito importante. Porque trabalharmos no sentido de que aquilo que se recupera, o que se consegue, aquilo em que se investe não seja de uma forma isolada, mas que seja um contributo para o desenvolvimento de uma rede. O que acaba por ser muito mais produtivo e eficiente. É que aí as coisas são diferentes, se o trabalho é feito, há uma capacidade de retorno e uma capacidade de promoção maior.

Se falarmos de outras unidades que se encontram no espaço rural e que até são unidades de excelência, não estamos só a falar de turismo em casas de campo, no espaço rural. Por exemplo, no turismo de habitação, também acontece ao nível do mundo rural. Existem imóveis de arquitetura erudita e capaz de, por si só, serem autossustentáveis, numa perspetiva de oferta e numa perspetiva de dimensão e de visibilidade.

“Desde sempre, para o LEADER, o turismo no espaço rural ocupou um lugar privilegiado no desenvolvimento rural.”



O nosso mundo rural tem essas facetas. Por um lado, identificarmos esses equipamentos que se posicionam como emblemáticos, podem ser sustentáveis por si próprios, e por outro lado quando nos viramos para o espaço de pequenas unidades no mundo rural tentarmos que elas sejam concentradas e portanto ganhem dimensão pela concentração e, ao mesmo tempo, sejam capazes de integrar redes. Com este tipo de atuação, acredito que é possível ter o produto e ter assegurada a produção, o negócio.

Referia-se a redes, mas em concreto estamos a falar de redes de quê?

Podemos falar de redes de aldeias. Por exemplo, a rede de Aldeias de Portugal que conseguimos criar ao longo do próprio LEADER. Começou no Alto Minho, expandiu-se ao Minho e, hoje, está na região norte, da qual fazem parte as 15 Associações de Desenvolvimento Local (ADL) da região norte.

Não é só um processo de promoção mas também uma estratégia de recuperação. Se nós tivermos um guião onde o nosso tipo de atuação e o nosso investimento é orientado com determinados parâmetros, aquilo que vamos financiar em termos de recuperação obedece àqueles parâmetros e àqueles níveis de qualidade que se pretende.

Automaticamente, a rede é coerente e pode tornar-se uma rede homogênea, ainda que a região seja diferente e que a oferta em termos de produtos também o seja, mas há denominadores comuns que são constantes dessa rede. É isso que a perfila.

Hoje temos essa rede, as Aldeias de Portugal, que apoiamos e estamos a desenvolver e esperamos que no final deste ciclo do LEADER se dissemine a todo o país.

O objetivo é que a rede das Aldeias de Portugal seja adotada por todos os nossos parceiros a nível nacional, o que será uma verdadeira capacidade de oferta das aldeias. Há outra rede que nós apoiamos, também desde o início e que serve como exemplo. É a rede dos Solares de Portugal, no turismo de habitação, nas tais casas que, só por si, representam uma oferta qualificada e são autossustentáveis.

Estas duas redes têm as suas estruturas e infraestruturas e estão cada vez mais consolidadas. Espero que este seja, no fundo, o objetivo final do funcionamento desta estratégia e que não se fixa apenas nas redes nacionais. Que seja capaz de fazer cooperação transnacional e que as transforme em redes europeias capazes de poder ganhar outro tipo de sinergias que, naturalmente, possam atacar outros nichos de mercado.

Mas como cooperar se, ao mesmo tempo, os agentes económicos competem entre si, nomeadamente também as regiões?

Eu acho que é possível criar um produto e fazer com que as regiões o assumam. Se o produto se insinuar por si próprio e se afirmar a um nível supranacional, as próprias regiões vão querer ficar com esse produto. Vou-lhe dar um exemplo: as Pousadas de Portugal, que são uma outra rede, sendo um produto muito emblemático têm todas as regiões

a debater-se para ter uma na sua zona. Isto porque é um produto que só por si afirma a região como destino.

O mesmo se passa com os Solares de Portugal. As regiões começam a querer o produto no seu território. O mesmo podemos dizer das Aldeias de Portugal. Porque é que eu não tenho a rede de Aldeias de Portugal na minha região?

Depois, a cooperação faz-se nestes dois patamares. Um é a cooperação para a criação do produto, e aí somos responsáveis por isso, pelo trabalho em rede. Depois, é a forma como vamos conseguir “vender” o nosso produto ao nível dos agentes económicos e dos agentes regionais, de forma a que sejam eles as alavancas do próprio produto.

Quando diz nós “somos responsáveis por criar”, refere-se às Associações de Desenvolvimento Local?

Sim, as ADL. É claro que, no caso das aldeias, está muito dependente das Associações de Desenvolvimento Local. No caso dos Solares de Portugal não está assim tanto porque é mais autónomo, não está totalmente dependente de uma estratégia articulada de investimento do LEADER.

As unidades por si só já têm um historial, já têm 20 e tal anos ou 30 anos de funcionamento ou de historial em termos de implantação no território, que muitas delas nem foram sequer alvo de financiamento por parte do LEADER. Isto não quer dizer que não adiram com facilidade a isso, porque, a partir do momento que as organizações que



as dinamizam estão ligadas ao LEADER, atualmente no Subprograma 3 do PRODER, automaticamente as próprias casas também o fazem. Mesmo aquelas que funcionam há bastante tempo necessitam de atualizações e remodelações constantes e hoje não têm muito onde se socorrer em termos de financiamento, a não ser o Subprograma 3 do PRODER.

Há pequenas melhorias, alterações em que o PRODER está implícito. Hoje, inclusive ao nível da ADRIIL [Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima], por exemplo, que é a associação que represento, e que está mais presente nesta área, nos requisitos em termos de análises e em termos de organização da hierarquização dos projetos, uma das exigências que nós fazemos nas candidaturas para financiamento é que elas façam parte de uma rede.

Esta inclusão numa rede em funcionamento conta para efeitos de pontuação e de hierarquização do projeto. Nós obrigamos quase a que isso aconteça, para forçar a entrar num processo de cooperação.

Sendo que estes 20 anos LEADER representaram uma aposta importante no turismo com resultados, faz sentido continuar por aí ou o trabalho já está maduro e a aposta pode passar para outros setores?

Eu acho que a situação não está esgotada. Há outras dimensões em que vale a pena atuar, sobretudo ao nível da organização da animação turística, porque o turismo não se revê só no alojamento. As pessoas quando se deslocam, deslocam-se também por outras razões. É pela gastronomia, pela atividade lúdica, paisagem, aproveitamento dos recursos naturais. Temos de estar atentos a isso e são aspetos que vale a pena mobilizar e sensibilizar para tal.

Isto é tão vasto e o trabalho tem sido tão profundo... Temos também de falar das redes europeias, da criação da Europa das tradições, para o caso dos Solares de Portugal, das aldeias e também da criação de uma central de reservas, que é muito importante, para que tudo isto funcione.

“A cooperação faz-se nestes dois patamares. Um é a cooperação para a criação do produto, outro é a forma como vamos conseguir “vender” o nosso produto ao nível dos agentes económicos e dos agentes regionais.”

Ter uma central de reservas e nascer daí a CENTER – Central de Turismo no Espaço Rural. É por onde isto tudo acontece, a comercialização. Porque não basta termos as associações. As associações tratam da qualidade, da organização, da oferta, da sua qualificação mas depois é preciso comercializar, e a comercialização tem especificidades, é outro profissionalismo. Neste caso, as centrais de reservas são muito importantes. Ainda sobre as redes europeias e transnacionais, por exemplo, outra rede que foi interessante e em que estivemos presentes foi a criação das Fazendas do Brasil, numa outra aproximação transnacional.

As Fazendas do Brasil nasceram a partir da nossa atuação e esse efeito do LEADER está escrito, não é uma coisa hipotética. O LEADER está presente no desenvolvimento rural brasileiro através da nossa atuação. São mais-valias que foram introduzidas por via da cooperação transnacional, que infelizmente hoje não é tão eficaz nem suficiente por força dos anti-cruzamentos que a cooperação tem.

Esta já não é como era porque está de tal maneira apertada e, até de certa forma, desarticulada. As regras não são as mesmas em todos os países, não há nenhuma uniformização que permita de uma forma rápida, linear a aproximação e o desenvolvimento dessa cooperação.

Refere-se às regras nacionais de aplicação da Cooperação LEADER?

Estou a falar das regras nacionais e dos outros países também. O que anteriormente se fazia

com bastante flexibilidade, e até com uma certa capacidade de obtenção de resultados, hoje não acontece. Aliás, é uma das discussões que está em cima da mesa, que é ver como é que isto se pode resolver.

Nomeadamente já se está a pensar na nova PAC?

Sim. Estamos agora aqui a discuti-la e a ver qual é o nosso posicionamento... Porque na PAC há uma harmonização de fundos do FEADER e do FEDER e é importante saber em que medida isso pode afetar o posicionamento das ADL e se pode existir uma harmonização para que este trabalho seja feito cada vez com melhor eficácia.

Este trabalho de cooperação é muito importante. Depois há aqui um outro aspeto, que são as parcerias locais com envolvimento de entidade públicas e privadas. O público deve atuar numa estratégia de ciência coletiva, isto é, para maximizar, melhorar, aumentar e alavancar o investimento privado e não se colocar numa posição de concorrência. Esta articulação é muito importante para encontrar uma forma de alavancar o desenvolvimento rural e regional.

Os recursos financeiros são pagos e portanto temos de organizá-los e geri-los de uma forma mais eficaz do que tem sido feito até agora. Acho que no Norte podemos ter um contributo importante no território, conhecemos a realidade numa atuação *bottom-up* e isso é quase um retorno e um regresso às origens do que foi o LEADER de início. Acho que devemos retomar essa dinâmica.

LEADER abre portas a novos projetos de cooperação transnacional

GAL da Europa de Leste interessam-se pela experiência LEADER em Portugal e abrem portas a novos projetos de cooperação transnacional em áreas tão diversas como a agricultura, a comercialização de produtos locais e o turismo.

As medidas dos Programas de Desenvolvimento Rural que encorajam e apoiam os Grupos de Ação Local (GAL) a estabelecer parcerias com outros GAL, ou grupos de abordagem semelhante nos territórios rurais, têm vindo a enquadrar muitas ações de intercâmbio, entendidas como a base da transmissão de boas práticas, e um primeiro passo essencial ao desenvolvimento de projetos de cooperação.

Partilhar ideias e experiências, adquirir (novas) competências e aceder a informação, são razões que levam os GAL a apostar na cooperação, como ferramenta complementar à prossecução das respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local.

Embora geograficamente longínqua, a experiência LEADER portuguesa tem suscitado o interesse de diversos grupos, principalmente dos novos Estados-Membros da Europa Central e de Leste.

No âmbito do projeto Territórios Rurais em Rede, financiado pelo Programa da Rede Rural Nacional, a MINHA TERRA tem apoiado a organização de algumas destas visitas, identificando os territórios e as experiências que mais se adequam aos interesses destas delegações estrangeiras.

Nestes contactos exploratórios, o funcionamento dos GAL, os métodos de identificação e seleção de projetos e de tomada de decisão, assim como a comparação de tipologias de investimento e elegibilidades, são preocupações recorrentes.

Numa altura em que se encontram praticamente esgotadas as verbas destinadas à Cooperação LEADER, no âmbito do PRODER, a continuidade deste trabalho no sentido de dar corpo a novas ideias e projetos que nascem destes intercâmbios exigirá muito mais persistência, determinação e imaginação dos GAL.



Setembro de 2009 · Delegação de GAL da Polónia visita os territórios dos GAL MONTE, ADREPES e ADRIMAG, com o objetivo de conhecer projetos, a experiência e os métodos de trabalho dos GAL em Portugal.

Novembro de 2010 · ADREPES acolhe visita de delegação de GAL da Bulgária, no âmbito do I Encontro Nacional PROVE, interessada em conhecer o funcionamento de um GAL português e a metodologia PROVE.

Fevereiro de 2011 · 24 representantes de GAL da região da Mazóvia (Polónia) e seis GAL de Portugal – ADER-AL, ADIRN, ADRI-TEM, PINHAL MAIOR, PRO-RAIA e TAGUS – juntaram-se em Ourém. O encontro, enquadrado numa visita de três dias de troca de experiências promovida pela MINHA TERRA, no âmbito do projeto Territórios Rurais em Rede, ficou marcado pela assinatura de um protocolo entre os GAL ADIRN e SKPR (Polónia), na perspetiva de futuros projetos de cooperação.

Mai de 2011 · MONTE, ADREPES e ADIRN receberam uma comitiva de vários dirigentes do ministério da agricultura e de grupos agrícolas polacos, em resposta a um convite da embaixada da Polónia. Tendo por objetivo conhecer projetos de dinamização das zonas rurais, os programas de visita privilegiaram o contacto com os beneficiários dos projetos LEADER, técnicos e dirigentes locais.

Setembro de 2011 · a MINHA TERRA e a Rede Rural Nacional organizaram a visita de uma delegação de 15 técnicos do GAL ARENDUSKA da Estónia. Após uma sessão em sala sobre o LEADER em Portugal, o grupo foi ao encontro de vários projetos LEADER nos territórios de intervenção dos GAL ADAE, AD ELO e SOL DO AVE.

Outubro de 2011 · ADIRN, APRODER, ADREPES e CHARNECA receberam o GAL PÖHJA-HARJU KOOSTOOKOGU da Estónia. A delegação estónia visitou mais de uma dezena de projetos apoiados no âmbito do LEADER II, LEADER+ e Abordagem LEADER/SP3 PRODER. O contacto com os beneficiários dos projetos permitiu uma partilha de experiências e conhecimentos no âmbito do desenvolvimento rural, tendo sido identificadas potenciais áreas de cooperação, nomeadamente, turismo e produtos locais.

Outubro de 2011 · a ADREPES acolheu a visita do GAL dinamarquês da região de Jammerbugt e Vesthimmerland. O programa, atendendo ao interesse da comitiva – composta por membros do GAL, políticos locais e agricultores – incluiu a visita a vários projetos LEADER nas áreas do turismo e produtos alimentares, que poderá servir de base a futuros projetos de cooperação entre os dois Territórios.

Cooperação em rede

Turismo qualificado é solução para desenvolvimento local



Qualificação do Turismo Ativo

Vinte e três Associações de Desenvolvimento Local (ADL), de norte a sul do país, juntaram-se para promover o projeto de cooperação Qualificação do Turismo Ativo, com o objetivo de qualificar empresas de animação turística ou unidades hoteleiras que promovam turismo ativo nos seus territórios, formando técnicos que pratiquem essas atividades nessas empresas e criando a marca World Adventure.

Mais que uma marca, pretende-se que a World Adventure seja uma rede sustentável de parceiros para a oferta de destinos turísticos centrados nas atividades desportivas e de aventura na natureza, enquanto motivo central de visita aos destinos rurais envolvidos.

A iniciativa centra-se no turismo de aventura e de natureza, modelos de turismo que tiram partido e exploram as potencialidades dos territórios envolvidos. Canoagem, BTT, mergulho, todo o terreno turístico e percursos pedestres são as principais atividades que têm sido exploradas pelas ADL envolvidas neste projeto, que é coordenado pela ADIRN.

O Qualificação do Turismo Ativo, apoiado agora no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER, vem dar continuidade a outro projeto desenvolvido no âmbito do LEADER+, aprofundando os resultados então alcançados. Se no passado se conseguiu criar e consolidar a marca World Adventure como uma referência de qualidade no turismo ativo, importa agora prosseguir a qualificação da oferta e divulgar a marca e os territórios

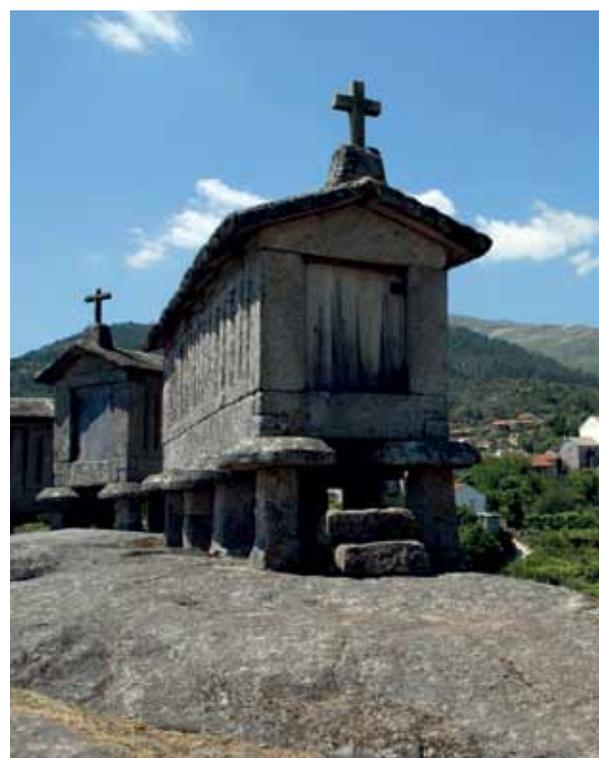
aderentes junto dos profissionais do setor do público em geral.

Foi com esse objetivo que a World Adventure marcou presença na Bolsa de Turismo de Lisboa deste ano, com a participação de 14 ADL e cerca de 30 empresas que integram a rede de prestadores de serviços de atividades turísticas do projeto.

A qualificação dos recursos humanos continua a ser uma prioridade. Nesse sentido, foram desenvolvidas ações de formação dirigidas a técnicos de animação turística dessas empresas (socorrismo e resgate, manobras de cordas, exercícios de condução 4x4 e canoagem), de modo a assegurar um padrão de qualidade e segurança uniforme nos territórios que usam a marca World Adventure.

A organização de programas turismo ativo, revelando as vantagens endógenas dos territórios, tem também sido realizada. A Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, por exemplo, realizou uma descida do Rio Mira, integrada na ação "Portugal em Kayak", que teve o mérito de demonstrar os recursos existentes na envolvente do rio Mira em termos de fauna e flora.

Graças à constituição desta rede de cooperação no âmbito da qualificação do turismo ativo, um pouco por todo o país, nos territórios que aderiram ao projeto, estão a ser preparadas iniciativas que contribuem para o aumento da competitividade dos territórios e dos agentes turísticos locais.



Aldeias de Portugal

Promoção do turismo de aldeia

A rede de Aldeias de Portugal foi criada pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) do Entre-Douro e Minho, no âmbito de um projeto desenvolvido com o apoio do LEADER II. Foi criada com o objetivo de promover o desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente através da preservação e valorização do património natural, arquitetónico e cultural destes pequenos aglomerados populacionais, e da promoção do seu desenvolvimento económico, visando a melhoria das condições de vida e do bem-estar da população, pelo fomento de atividades turísticas. Atualmente estende-se a toda a região Norte.

Como o próprio nome indica, esta rede contém apenas aldeias portuguesas, mas as Aldeias de Portugal integram também a rede europeia Aldeias de Tradição/Villages of Tradition.

Para conduzir o projeto Aldeias de Portugal, as ADL organizaram-se na Associação do Turismo de Aldeia (ATA), que promove a valorização e o aumento da atratividade turística nas aldeias, numa estreita colaboração com as suas populações, os seus agentes económicos e o poder local.

Estes projetos têm duas características comuns: o turismo como motor de desenvolvimento e a cooperação como estratégia de execução.



Rotas Sem Barreiras

Melhoria do acesso ao turismo sem discriminações

A ATA gere a imagem da marca Aldeias de Portugal, o que implica manter critérios rigorosos quanto à classificação das aldeias, avaliando de forma exigente as candidaturas apresentadas. De modo a congregar os diversos agentes que contribuem para a promoção e valorização das Aldeias, a ATA criou o Clube das Aldeias de Portugal, a que aderiram empresas de turismo (nas áreas de alojamento, restauração, animação turística e pontos de venda) e outras entidades interessadas no seu desenvolvimento.

Apesar de o trabalho da ATA estar bem consolidado, o que se comprova pela solidez do conceito, qualidade dos serviços e notoriedade da marca, pretende-se reforçar a rede de cooperação ao nível das Aldeias, envolvendo novos parceiros e novos territórios, seguindo o trabalho que se tem feito de forma a potenciar o turismo no espaço rural.

Para concretizar estes objetivos, as ADL criaram um projeto de cooperação que obteve o apoio da Abordagem LEADER, Subprograma 3 do PRODER, que está a desenvolver atividades para fomentar e reforçar a capacidade empresarial local das populações das aldeias, desenvolver e fortalecer a marca Aldeias de Portugal, classificar unidades económicas com a marca Aldeias de Portugal e conceber uma estratégia promocional, de modo a consolidar a marca e conquistar e fidelizar clientes.

Partindo da ideia global de que o turismo é um bem social e que deve estar ao alcance de todos os cidadãos, entre os quais as pessoas portadoras de deficiência, e de que as regiões do Alentejo (Portugal) e Extremadura (Espanha), pelas suas características culturais, patrimoniais e edafo-climáticas, dispõem de um potencial turístico elevado, quatro Associações de Desenvolvimento Local uniram-se para desenvolverem um projeto transnacional, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, que denominaram de "Rotas Sem Barreiras".

Para o desenvolver foi constituída uma parceria entre a Esdime e a Terras Dentro, em Portugal, e Cedeco-Tentudía e Aderco, em Espanha, com o objetivo de criar uma rota turística acessível a todos, dando portanto particular atenção às pessoas com mobilidade reduzida, nos territórios do Alentejo Central, Baixo Alentejo, Comarcas de Olivença e Tentudía. O "Rotas Sem Barreiras" dá assim a conhecer o património histórico, religioso, natural, museológico e gastronómico local, com instalações devidamente adaptadas, numa lógica de melhoria do acesso ao turismo sem discriminações, diminuindo ou minimizando

as barreiras de acesso e valorizando os recursos e serviços turísticos envolvidos.

Fundamental para o sucesso do projeto foi o impacto que este que todo o processo teve junto das entidades públicas e privadas que, ao participarem no roteiro e nas ações do projeto, uniram esforços no sentido de adaptar infraestruturas, desde património histórico a percursos, estruturas de hotelaria e restauração, tornando-os em lugares aprazíveis e acessíveis a todos.

Este projeto teve o seu início com análise às acessibilidades das infraestruturas e equipamentos turísticos existentes nos quatro territórios, o que permitiu identificar os locais acessíveis e os locais com necessidades e possibilidades de serem adaptados. A nível nacional, foi realizado um conjunto de ações de formação dirigidas a empresários, técnicos e agentes locais ligados ao setor turístico, na área da recepção e atendimento a pessoas portadoras de deficiência.

Devido aos bons resultados alcançados e à importância de divulgar esta rota, o projeto viu a sua continuidade assegurada através da Abordagem LEADER do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Este apoio permitirá criar vários materiais de divulgação da rota, a edição de um manual técnico para profissionais do setor turístico e a adaptação, em cada território, de um núcleo museológico para portadores de deficiência visual, auditiva e motora.

Workshop

Desenvolvimento Sustentável em Espaço Rural: Tradição e Inovação



O workshop, inserido na Semana BioMadeira 2011, numa organização da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais da Madeira e Rede Rural Nacional, com a colaboração da MINHA TERRA e das associações ACAPORAMA e ADRAMA, juntou cerca de 160 participantes na Casa da Cultura de Câmara de Lobos, a 31 de maio.

Na abertura dos trabalhos, o Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Manuel António Correia, referiu-se à extraordinária evolução dos espaços rurais da Madeira, no que respeita a serviços e acessibilidades, concluindo numa referência às oportunidades de apoio ao investimento no PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira.

Oportunidades que o Gestor do Programa, Henrique Seabra, deixou no ar, ao apresentar as medidas do PRODERAM, nomeadamente de apoio ao modo de produção biológico e proteção dos recursos genéticos específicos, a propósito da BioMadeira.

Na sua intervenção, Raquel França, da Direção Regional do Turismo, destacou as expectativas dos turistas que visitam a Madeira, com base nos resultados de um inquérito que ressalta a importância dos recursos paisagísticos e da segurança no arquipélago, e apresentou dados relativos ao turismo rural, ainda insipiente na região.

Estratégias integradas

Rocha da Silva, da Direção Regional das Florestas, explorou a criação de estratégias integradas em que o turismo se deve conciliar

com as demais atividades e interesses, através de parcerias locais, para sublinhar a importância do ambiente e a rentabilização dos espaços naturais.

Numa intervenção sobre o contributo da agricultura para o desenvolvimento do turismo, Cláudia Dias colocou a ênfase nas medidas para favorecer os consumos locais e responsáveis, assim como as campanhas para uma alimentação saudável junto da população e dos agentes turísticos.

Motor de desenvolvimento

Já após o almoço, a professora/coordenadora do mestrado em Ecoturismo da Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Coimbra, Carmo Lopes, apresentou a sua comunicação sobre “O Turismo e as Estratégias que potenciam o Desenvolvimento Local”.

O turismo como motor do Desenvolvimento Local foi o fio condutor da apresentação que explorou o produto turístico sob o ponto de vista das expectativas do turista e tendências do mercado, e as potencialidades dos territórios, constrangimentos e paradoxos.

Para Carmo Lopes, turismo é sinónimo de oportunidade estratégica que combina recursos endógenos e exógenos, que corretamente estruturados permitem a sustentabilidade das regiões, mas também de um sistema complexo e diversificado.

Apostar no turismo como motor de desenvolvimento, requer estratégia(s) e objetivos, em linha com as potencialidades dos territórios.

Fazer com que as áreas rurais com potencial turístico sejam atraentes para turistas, e

ofereçam excelentes condições para viver, trabalhar, recreio e turismo, enfatizando a sua beleza natural única, o seu património natural, material, as suas gentes e as atividades do campo para promover o desenvolvimento local é, afinal, o que se pretende.

Promover destinos turísticos significa competitividade, qualidade, diversidade, singularidade e profissionalismo, quer ao nível do alojamento, quer das atividades e dos projetos.

Para a professora, os desafios passam por identificar as singularidades de cada local, novos recursos/produtos, novas atividades, e escala, i.e. coesão territorial, redes, facilitação da cooperação.

ADL apresentam projetos

Exemplos de projetos de cooperação na área do turismo, e desenvolvidos no âmbito da cooperação LEADER, foi o momento que se seguiu, protagonizado por três Grupos de Ação Local (GAL): ADIRN, com a Qualificação do Turismo Ativo (QTA); Terras Dentro, através das Rotas Sem Barreiras; e ADRIMAG, com um projeto sobre geoturismo.

[Ver caixas pág.8 e 9]

A fechar os trabalhos, em jeito de desafio para o futuro, a coordenadora da Rede Rural Nacional, Custódia Correia, deixou um apelo aos GAL da Madeira para que integrem as dinâmicas de cooperação, tão importantes para apoiar a respetiva intervenção nos seus territórios.

Parque Natural do Faial recebe Prémio EDEN

O prémio EDEN (European Destinations of Excellence) foi entregue numa cerimónia em Bruxelas, no âmbito do Dia Europeu do Turismo, nos dias 27 e 28 de setembro.

Com este galardão da Comissão Europeia, o Parque Natural do Faial, nos Açores, torna-se o primeiro destino português a receber a distinção, destinada a sensibilizar os europeus para o turismo sustentável e a apoiar projetos que visem o crescimento económico e social da zona onde se inserem.

A candidatura à escala europeia surge depois de o Parque Natural do Faial ter sido distinguido nos Prémios Turismo de Portugal como candidato nacional a apresentar aos EDEN.

Este ano, a iniciativa destacou 21 destinos turísticos nacionais (não tradicionais) que requalificaram, com um projeto sustentável

e economicamente viável, os seus sítios naturais ou o seu património local, convertendo-os em atrações turísticas.

O Parque Natural do Faial integra cinco centros de visitantes (recuperados a partir de edifícios antigos), estações interpretativas, zonas de contemplação e sete trilhos pedestres recuperados.

A distinção EDEN permitirá manter e melhorar a gestão do território, orientada para a conservação da diversidade e utilização sustentável dos recursos naturais, gerando um novo atrativo de referência para os Açores que potencia o turismo e o bem-estar das populações.

Em Bruxelas foi ainda assinada a declaração sobre a Rede Europeia de Destinos de Excelência para o Turismo Sustentável, da qual o Parque do Faial fará parte.



Encontro Nacional PROVE com elevada participação



O II Encontro Nacional do PROVE – Promover e Vender realizou-se no Museu do Trajo de S. Brás de Alportel, nos dias 7 e 8 de novembro, organizado pelas Associações ADREPES e In Loco. O encontro procurou dar a conhecer os resultados deste projeto de comercialização de proximidade (diretamente do produtor agrícola ao consumidor) as melhorias e iniciativas realizadas no âmbito desta parceria, bem como debater questões de funcionamento e melhoria dos serviços prestados

pelos produtores PROVE. O evento foi aproveitado também para reunir os vários núcleos PROVE espalhados pelo país, promovendo a partilha de experiências e ideias.

A elevada participação registada, mais de 120 pessoas, entre produtores dos núcleos PROVE de todo o país, técnicos e responsáveis dos Grupos de Ação Local (GAL), foi reveladora do entusiasmo que este projeto de cooperação interterritorial está a suscitar um pouco por todo o país. Neste momento

existem 31 núcleos PROVE ativos, dinamizados por 16 GAL, metade dos quais aderiram ao projeto logo no seu início, em 2010, e os restantes já em 2011.

Na sessão de abertura, Nelson Dias, da In Loco, revelou o rápido sucesso alcançado no Algarve: apesar de só terem começado há um ano, por semana são já comercializados 350 cabazes horto-frutícolas, o que equivale a 1,5 toneladas de frutas e legumes por mês. Na mesma ocasião, António Pombinho, Presidente da ADREPES, recordou a origem do projeto na Península de Setúbal, e a sua importância como ferramenta para reduzir o abandono agrícola e cativar os urbanos para a importância de manter uma agricultura viva na preservação da paisagem. Por sua vez, o Deputado Miguel Freitas, do PS, referiu-se às ligações do desenvolvimento local ao setor agrícola, afirmando que o "PROVE é um bom exemplo do trabalho das ADL em Portugal. Pode ser uma marca. Há uma perceção na sociedade de um virar de costas das ADL ao setor agrícola... O PROVE é um serviço das ADL aos agricultores, é importante para o futuro na relação do desenvolvimento local com a agricultura."

Em Santo Antão, Cabo Verde

Projeto EIDER dinamiza 1º Encontro de Empresários Portugueses e Cabo-Verdianos

Realizou-se, entre os dias 1 e 5 de novembro, em Santo Antão, Cabo Verde, o 1º Encontro de Empresários Portugueses e Cabo-Verdianos. Trata-se de um encontro inserido no contexto do Projeto EIDER – Empreendedorismo e Inovação para o Desenvolvimento Rural, apoiado pela medida de Cooperação LEADER para o Desenvolvimento, para o qual foi estabelecida uma parceria transnacional que integra dois parceiros, o Monte – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE e o Conselho Regional de Parceiros de Santo Antão.

O Projeto EIDER visa contribuir para reforçar a competitividade dos territórios rurais, contrariando a reduzida dinâmica empreendedora e a dificuldade de manter no terreno redes de apoio aos empresários, com vista ao desenvolvimento do seu negócio e à abertura para outros mercados.

Com este encontro pretendeu-se fomentar o intercâmbio entre empresários dos dois

países, através da criação de uma rede de cooperação empresarial para a dinamização do empreendedorismo e emprego na região do Alentejo Central e em Santo Antão. Outro dos objetivos foi reforçar as competências dos empresários portugueses e cabo-verdianos nas áreas do marketing e gestão de pequenos negócios. Neste sentido, os empresários cabo-verdianos encontram-se a frequentar uma ação de formação em Ferramentas de Gestão para Micro-empresas de Turismo Rural, realizada recentemente também pelos empresários portugueses.

As ações envolveram 15 empresários de ambos os países e vários formadores nas áreas da gestão e marketing. Durante estes cinco dias os participantes tiveram a oportunidade de fazer um workshop sobre Marketing e Empreendedorismo, uma Oficina de Empreendedorismo e Desenvolvimento Rural, e ainda um conjunto de visitas a empreendimentos de turismo rural.

Este primeiro encontro teve também como finalidade promover e divulgar o Projeto EIDER junto de públicos estratégicos, como é o caso da Agência para o Empreendedorismo – Delegação de Santo Antão, Unidade Central do Programa de Luta Contra a Pobreza Rural e autarquias, entre outros.

No âmbito deste encontro foi ainda lançado o Manual de Boas práticas em Desenvolvimento Comunitário, recurso que o Monte - ACE e o Conselho Regional de Parceiros de Santo Antão construíram em conjunto, e que se destina a apoiar a capacitação de novos agentes de desenvolvimento rural.

Os dois parceiros que integram esta parceria transnacional desenvolvem já intervenções conjuntas desde 2001. Estas entidades têm características muito próximas, quer em termos de representatividade nos seus territórios como em termos de princípios orientadores da sua intervenção, o que se traduz numa experiência já sedimentada na

área do desenvolvimento rural, considerando ambas as organizações ser prioritária a intervenção de apoio ao empreendedorismo e a atividades geradoras de rendimentos.

Apresentação do Projeto Nos Junte

No contexto do Projeto Nos Junte – Aprender e Construir Desenvolvimento, Lutar Contra a Pobreza, o Monte – ACE e o Conselho Regional de Parceiros de Santo Antão realizaram, no passado dia 3 de novembro, em São Vicente, Cabo Verde, uma Sessão de Disseminação das Práticas do Projeto Nos Junte, cofinanciado pelo IPAD. Esta sessão teve como objetivo divulgar as boas práticas que revelaram sucesso em Santo Antão, de modo a poderem ser adaptadas para aplicação noutras ilhas.



Ficha técnica

Edição: MINHA TERRA

Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Rua Bartolomeu Dias, 172 D - 1º Esq.
1400 - 031 Lisboa

Telefone +351 21 781 92 30 · Fax +351 21 781 92 32

Email: minhaterra@minhaterra.pt

www.minhaterra.pt

Diretora: Regina Lopes

Editor: Luís Chaves

Redação: Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Teresa Nogueira (Empower)

Colaboraram neste número:

Fotografias: ADELIAÇOR, ADIRN, ADREPES, ADRIMAG, Ana Pires da Silva, ATA, ESDIME, Luís Chaves, MONTE - ACE, Paula Matos dos Santos,

Rita Reis (Empower), TAGUS - Paulo Passos

Design: Teresa Braga (Empower)

Impressão: Europress

Tiragem: 7000 exemplares

Depósito Legal: 331103/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário desta revista.